



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA- HIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- ICH

MATHEUS HENRIQUE MARTINS IRINEU ARAUJO

**A História no contexto das reformas curriculares atuais do Ensino
Médio: elementos para a criação de uma disciplina eletiva no Distrito
Federal**

BRASÍLIA

2020

**A História no contexto das reformas curriculares atuais do Ensino
Médio: elementos para a criação de uma disciplina eletiva no Distrito
Federal**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado e
Bacharel em História pela Universidade de
Brasília - UnB. Orientadora: Prof. Dra.
Cristiane de Assis Portela.

Estudante:
MATHEUS HENRIQUE MARTINS IRINEU ARAUJO

Banca Examinadora:

Dr. Deusdedith Alves Rocha Jr.

Ms. José Gomes do Nascimento

(Data de Defesa: 15/12/2020, às 10h30)

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento só pode ser para Deus e sua mãe Maria, pois mesmo sem eu merecer eles me concedem tudo que preciso. Obrigado, Senhor!

Agradeço à minha mãe, meu exemplo maior, que mesmo nas maiores dificuldades nunca deixou de apoiar meus estudos, pelo contrário, incentivou e incentivava que eu continue nesse caminho. Não tenho como retribuir toda sua dedicação e amor comigo, mas eu vou tentar até o fim. Sem o seu suporte eu não conseguiria estar aqui nesta etapa. Obrigado!

Agradeço também ao meu irmão, que é uma das pessoas mais pacientes e justas que eu conheço. Obrigado, Marcos, por todos os momentos de troca de conhecimento sobre a vida na UnB e principalmente fora dela.

Vitória, a pessoa mais incrível que o mundo já viu. Apesar de pequena tem o coração de um elefante, coração no qual tenho a honra de estar inserido. Sem você, meu amor, eu não conseguiria estar aqui, por muito motivos. Obrigado pelos conselhos, pela paciência, por me ouvir, por me inspirar, por me mover! Que a nossa parceria dure até o fim dos nossos dias. Amo-te.

Tenho que agradecer também a pessoas que contribuíram de várias maneiras para eu estar aqui hoje: minha madrinha Adriana e minha avó Maria do Carmo foram imprescindíveis na minha vida inteira; Kamilla e Tânia Moura, duas mulheres de fibra que têm um coração tão bondoso quanto justo, amo-vos todas.

Agradeço grandemente aos meus amigos mais próximos: Alceu e Thiago. Nossa amizade já dura mais de 10 anos, vocês são importantes por muitos motivos caras, adoro a presença de vocês, a positividade, a lealdade e muitas outras coisas. Obrigado seus sacripantas.

Não tenho como não falar dela: UnB, minha querida. Obrigado por tudo que me proporcionou, ainda lembro do ano de 2016, meu primeiro semestre. Apesar de já ter concluído uma graduação me senti como qualquer outro calouro – assustado e maravilhado. Agora estou aqui depois desses quatro anos, e quanta coisa mudou! Inclusive eu. Obrigado pelas perspectivas, minha querida, todos deveriam ter essa oportunidade.

Agradeço fervorosamente à minha orientadora Cristiane De Assis Portela, que me aceitou em um momento complicado, onde eu estava perdido. Ela me mostrou uma saída e me desafiou a pensar sobre ela.

Tenho de mencionar também alguns professores com quem tive a honra de aprender um pouco. Professor Celso Fonseca, muito obrigado por toda troca de conhecimento não só sobre Portugal e a Idade Média, mas também sobre a vida, obrigado mestre. Agradeço também ao Vicente Dobroruka, que tem um coração enorme, obrigado professor! Agradeço, por fim, aos professores Bruno Leal e Michele Araújo pelas ótimas experiências em História Contemporânea e História Antiga, respectivamente.

Meus colegas também contribuíram para minha presença aqui hoje: Gabriel De Paula, parece que foram ontem nossas conversas sobre os Fenícios e os Povos do Mar enquanto almoçávamos no RU. Nem parece que se passaram três rápidos anos, muito obrigado meu irmãozinho por toda partilha de conhecimento seja histórico ou não, saiba que o tenho em alta estima, conte sempre comigo. Hugo Nascimento, esse é um cara difícil de encontrar. Brincadeiras à parte, muito obrigado meu amigo, aprendi muito com você, não apenas sobre História do tempo presente, mas também sobre como as pessoas são e como o tempo é importante para algumas coisas. Obrigado queridos!

RESUMO

Diante do contexto de reforma do Ensino Médio em curso realizada pela lei 13.415/2017 e as reações da sociedade sobre ela, esse trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de compreender a inserção da disciplina História no Novo Ensino Médio, com base no Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, proposto pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC e elaborado para o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal- SEDF, em sua edição aprovada recentemente (2020). Para tanto, foi realizada pesquisa de caráter qualitativo para contextualizar a reforma educacional, mostrando como e por que ela foi realizada e por fim, explicitando como ela pretende atuar dentro do sistema educacional brasileiro. A partir disso propomos compreender os elementos que podem orientar a criação de disciplinas eletivas no contexto do Distrito Federal, atentos a uma perspectiva que não reitere as narrativas hegemônicas.

Palavras-Chave: Novo Ensino Médio. Ensino de História. História Local.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. Contexto e mudanças da reforma do ensino médio no Brasil.....	10
2. Disciplinas eletivas no ensino médio no contexto do Distrito Federal.....	17
3. Possibilidades para uma disciplina eletiva sobre a história local do DF.....	22
Considerações Finais.....	31
Referências Bibliográficas.....	33

INTRODUÇÃO

Pesquisas em ensino de História, que aproximem a universidade da educação básica são cada vez mais necessárias, principalmente em cursos de licenciatura, não só para convergir o conhecimento entre escola e universidade, mas também para contribuir no processo de ensino-aprendizagem, trazendo novas e pertinentes questões para o campo da pesquisa histórica. Segundo uma perspectiva de *práxis* educativa, conforme Gadotti (1998), há uma união indissociável entre a prática e a teoria.

Da prática para a teoria, para regressar à prática: é um movimento de continuidade do já experimentado e aprendido; mas essa **continuidade** é reavaliada criticamente por meio da **ruptura** propiciada pelo saber organizado, trazido pelo professor, o que alimentará novamente a prática e assim sucessivamente (LIBÂNEO, 2014, p.107).

Logo, o tema para este Trabalho de Conclusão de Curso surge de uma *práxis*, se estruturando desde a minha experiência de estágio na disciplina de Prática de Ensino de História II, quando o interesse por pesquisar questões relacionadas a esta temática foi se mostrando cada vez mais eminente. Interesse que cresceu ainda mais quando realizei a disciplina Laboratório de Ensino de História, disciplina que me oportunizou uma ótima experiência no Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek, junto aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Fiz estas duas disciplinas dentro do mesmo semestre e atuei em escolas diferentes, na disciplina de Prática estive junto ao CEMEIT (Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga) de Taguatinga e para o Laboratório participei no CEM JK da Candangolândia.

Em seguida, após iniciar uma atuação como educador social ainda no CEM Júlia Kubitschek, escola que se inseria naquele contexto como escola piloto do chamado Novo Ensino Médio, fui acompanhando com entusiasmo os debates que os docentes da escola faziam sobre o tema. Assim, surgiu o meu interesse pela disciplina de História na educação básica, com foco nas mudanças em curso, trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Pontuo que devido ao contexto pandêmico em que estamos passando tive que, junto a minha orientadora, mudar o foco da minha pesquisa. A ideia inicial era fazer primeiramente uma pesquisa de campo em uma escola onde o Novo Ensino Médio estivesse em implantação, ouvir os estudantes sobre suas dificuldades na disciplina de

História, analisar estes dados e então propor uma disciplina eletiva. Porém, o contexto não nos permitiu atuar dessa forma.

Nesse contexto, essa pesquisa tem como pergunta problema: como realizar uma disciplina eletiva dentro do Novo Ensino Médio, atentos a uma perspectiva não hegemônica sobre a história do Distrito Federal? Deste modo, a pesquisa teve como objetivo compreender a inserção da disciplina História no Novo Ensino Médio, com base no Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, proposto pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC e elaborado para o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal- SEDF, em sua edição aprovada recentemente (2020).

Para tanto, foi realizada pesquisa de caráter qualitativo para contextualizar a reforma educacional, mostrando como e por que ela foi realizada e por fim, explicitando como ela pretende atuar dentro do sistema educacional brasileiro. A partir disso propomos compreender os elementos que podem orientar a criação de disciplinas eletivas no contexto do Distrito Federal, atentos a uma perspectiva que não reitere as narrativas hegemônicas. Como objetivos específicos, buscamos: a) Realizar estudo sobre o contexto do ensino de história no Brasil com base em leis educacionais afim de compreender a implementação no Novo Ensino Médio; b) Executar pesquisa com foco na parte diversificada no Novo Ensino Médio para mostrar os requisitos para a construção de uma disciplina eletiva; e c) Refletir sobre as lacunas acerca da história local/ regional no currículo da disciplina de História e, partir disso, apresentar alternativas para a proposição de uma disciplina eletiva voltada para a história do Distrito Federal

A metodologia da pesquisa envolveu uma revisão bibliográfica sobre ensino de história e a análise de documentos normativos da educação nacional e do Distrito Federal (DF) relativos ao ensino médio, visando contribuir com a reflexão dos educadores da disciplina na formação inicial e/ou continuada, a partir da problematização da proposta de criação de disciplinas eletivas e a possibilidade de elaborar uma proposta centrada na história regional/local do Distrito Federal.

Nesse sentido, os materiais didáticos e as proposições epistêmicas do curso “Outras Brasília: ensino de História do Distrito Federal a partir de fontes documentais”, ofertado para professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), como atividade de extensão do Departamento de História, foram inspiração

para a proposta que aqui apresentamos. Após o diálogo com a bibliografia e com a legislação educacional relacionada, problematizo as possibilidades para a criação de uma disciplina eletiva para o componente curricular de História no contexto da SEDF.

Na primeira parte, apresento uma contextualização das mudanças em curso na educação nacional, analisando alguns documentos normativos escolares, sendo o principal deles, o texto da Lei 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) propondo uma nova arquitetura para o Ensino Médio no país. Na segunda parte, busco entender o currículo do Ensino Médio que está em debate na SEDF, compreendendo o que significam e como se inscrevem as disciplinas eletivas dentro do âmbito da disciplina História, observando quais elementos são imprescindíveis para sua criação. Por fim, de acordo com as análises e leituras realizadas, proponho uma sugestão de leitura não hegemônica para uma disciplina eletiva, tomando como base as temáticas relativas à história regional/local do Distrito Federal.

1. CONTEXTO E MUDANÇAS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A educação básica no Brasil está passando por importantes mudanças e reformulações no seu funcionamento, a exemplo da Lei 13.415/2017, que promoveu uma reforma do ensino médio, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, a Lei 9394/1996, para determinar um “novo ensino médio”. Cabe expor que uma alteração dessa já havia sido tentada e não foi adiante, em 2013, com o Projeto de Lei nº 6840/2013. O projeto instituiu a jornada em tempo integral e a organização do ensino médio em áreas de conhecimento. Este projeto foi alvo de crítica pela sociedade e não prosperou, embora tenhamos resquícios seus na Lei. 13.415/2017.

Com a ruptura política em 2016, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o vice presidente Michel Temer assumiu o poder, e uma de suas primeiras atitudes foi a realização da Medida Provisória nº 746/2016, que propunha uma ampla reforma educacional brasileira, embrião do que se transformaria na Lei 13.415/2017. O que chama atenção é o instrumento legal utilizado para tal ato, uma vez que a Medida Provisória é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República em casos de relevância e urgência. Este é um assunto que requer um ampliado debate, já que altera a vida de milhões de estudantes e professores, além de comunidades escolares bastante diversas entre si, recaindo, inclusive, sob a formação inicial e continuada de professores. Trata-se, portanto, de mudanças que são estruturais e por isso, demanda uma ampla audiência pública, e é justamente isso que a medida provisória não fornece, uma vez que a sua aplicação é imediata. Argumentamos que a educação democrática é colocada em risco nesse contexto.

Conforme atesta a Exposição de Motivos em defesa da Medida Provisória nº 746/2016, a decisão justificou a urgência da decisão a partir de alguns fatores: a) o baixo desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); b) uma estrutura curricular com 13 disciplinas, que é considerada excessiva; c) a necessidade de diversificação e flexibilização do currículo, tomando por modelo os países com melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); d) o fato de que menos de

17% dos alunos que concluem o ensino médio acessam a educação superior, e que cerca de 10% das matrículas estão na educação profissional¹.

Os ministros da educação do governo Temer procuraram modelos estrangeiros para implementação no Brasil, mas pareceram não levar em conta a realidade social, econômica e cultural dos estudantes brasileiros (FELICIO, 2019). Soma-se a isso a falta de apoio do Estado, materializada pela Emenda Constitucional - EC 95². Ferreti (2018) lembra que o alegado baixo rendimento da educação básica no Brasil é um problema antigo e que apenas reformular o currículo não vai alterar este quadro. Trata-se, portanto, de um argumento falacioso, já que o baixo rendimento escolar brasileiro tem causas muito mais complexas, entre elas:

infraestrutura inadequada das escolas (laboratórios, bibliotecas, espaços para EF e atividades culturais) carreira dos professores, incluindo salários, formas de contratação, não vinculação desses a uma única escola; ignora-se, também, que o afastamento de muitos jovens da escola e particularmente do Ensino Médio pode decorrer da necessidade de contribuir para a renda familiar, além de, premidos pelos constantes apelos da mídia e, por extensão, de integrantes dos grupos a que pertencem, buscarem recursos para satisfazer necessidades próprias à sua idade e convivência social. Em estudo para a Unicef, Volpi (2014) evidencia que os adolescentes por ele pesquisados apontaram como causas do abandono escolar, além das questões curriculares, a violência familiar, a gravidez na adolescência, a ausência de diálogo entre docentes, discentes e gestores e a violência na escola. (FERRETI, 2018, p. 27)

Além desses motivos, outro que atinge a educação básica brasileira é a diferença do número de professores comparado ao número de estudantes, 2,2 milhões e 47,9 milhões, respectivamente. Segundo o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, mais um fator que contribui para o baixo desempenho dos estudantes são professores que atuam fora da sua área de competência (BRASIL, 2020), apesar da LDB (Lei 9394/1996) determinar a formação em nível superior específico para professores de todas as áreas de conhecimento. Pesquisadores apontam que esse desvio de atuação em decorrência de um déficit de formação, é exceção que a Base Nacional Comum Curricular quer transformar em regra, com o ressurgimento do polêmico “notório saber”. Resultante dessas propostas, temos o acirramento de um processo que coloca em risco a valorização da profissão docente.

¹ FELICIO, Sílvio Célio. **Reforma do Ensino Médio e a Disciplina História: leituras sobre as repercussões da proposta da BNCC.** Dissertação (Dissertação em História) – UFG. Catalão, p.31, 2019.

² Foi a Emenda Constitucional responsável por instituir um novo regime fiscal, impondo limite de despesas aos três poderes. Dificultando assim o desenvolvimento de setores ainda precários, como: educação, segurança, saúde e etc.

Um dos poucos consensos que existe no debate educacional é o entendimento de que bons professores são a razão primeira para uma educação de qualidade. E, no Brasil, há uma longa tradição de desvalorização dos professores da educação básica que remonta o período de nascimento da nação (Almeida, 1989). Enquanto em países com educação considerada de qualidade, como é o caso da Finlândia, a profissão docente é altamente valorizada e os cursos de formação de professores são procurados pelos alunos mais bem preparados do ensino médio; no Brasil, a situação é inversa, sendo os cursos de licenciatura aqueles com menor razão candidatos/vaga, além de ser a área onde se concentra a maioria dos cursos de graduação à distância, o que só contribui para a desvalorização da profissão. (PINTO, 2018, p.68)

Esta pesquisa surge a partir do interesse em entender como o chamado “Novo Ensino Médio” promoverá uma recomposição da educação básica, e como esta incidirá no ensino da disciplina de História. Observaremos a implementação que está em curso no Distrito Federal, onde algumas escolas estão sendo utilizadas como experiência piloto neste ano de 2020. Diante de tantas mudanças curriculares, percebemos que há certa confusão entre as interfaces que alteram a configuração do Ensino Médio. É necessário diferenciar duas propostas que andam muito perto, entretanto, têm objetivos diferentes: a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio são ações governamentais diferentes entre si, assim como é distinto (apesar de relacionado) o processo de construção dos currículos estaduais, municipais e do Distrito Federal.

A BNCC³ começou a ser discutida em 2015, então, após reunida uma equipe de especialistas (professores da educação básica, pesquisadores da área de ensino das licenciaturas e técnicos de assuntos educacionais), o Ministério da Educação (MEC) abriu uma plataforma virtual para receber contribuições de todo o Brasil. Ao mesmo tempo, o Conselho Nacional dos Secretários da Educação (Consed) estabeleceu um grupo de trabalho e no mesmo ano foi apresentada sua primeira versão. O texto propõe uma parte comum a todos os sistemas públicos educativos, mas sinaliza a existência de uma parte diversificada, que levará em conta os aspectos regionais e as especificidades de cada contexto local das redes de ensino. Atropelando o processo em curso, a Lei 13.415, propõe uma remodelação do ensino médio, mesmo diante da inexistência de uma base nacional comum, por isso é um texto de lei que não se respalda em fontes curriculares, e sim, em um projeto educacional que legitima interesses empresariais diversos, que desde muito disputam uma guinada neoliberal na educação brasileira.

³ Base comum que era prevista pela LDB em seu artigo 26 (vinte e seis).

As mudanças de fato propostas pelo Novo Ensino Médio estão concentradas nas alterações dos artigos 24, 26, 36, e na inclusão do artigo 35-A, além do acréscimo aos artigos 44, 61 e 62 à Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB). Além de fazer alterações na Lei 11.964/2007 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB) e na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

De acordo com as orientações legais, o Novo Ensino Médio totaliza 3.000 horas, sendo dividido entre a parte comum (1.800 horas), com as disciplinas obrigatórias e os Itinerários formativos (1.200 horas). Estes, por sua vez podem ser oferecidos como: Projeto de vida, Eletivas orientadas e Trilhas de aprendizagens. O inciso III, do Art. 6º da Resolução 03/2018 define os Itinerários formativos como:

o conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade. (BRASIL, 2018, p.2)

Os itinerários são considerados a parte flexível do Novo Ensino Médio, onde serão os alunos que escolherão aquilo que estiver de acordo com seu projeto de vida, como aponta o Guia de Implementação no Novo Ensino Médio (BRASIL, 2018).

Aqui, é preciso uma pausa para reflexão. Muito se fala em protagonismo juvenil ao se implementar o Novo Ensino Médio, pois supostamente os estudantes poderão escolher se aprofundar no ensino médio nas disciplinas que mais lhe apeteçam o intelecto. Contudo, essa é uma ideia que divide opiniões, já que, na realidade, as escolas irão ofertar aquilo que elas tiverem em condições de fazer. Essas condições irão beneficiar de fato escolas privadas, que poderão oferecer um cenário mais próximo ao proposto pela BNCC. Leve-se em conta nota da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope:

A fragmentação do ensino médio em “itinerários formativos específicos” fere o direito ao conhecimento para a ampla maioria dos estudantes que se encontra no Ensino Médio público, tendo como falsa justificativa um currículo mais flexível e atraente para o aluno, que vá reduzir as taxas de evasão. Isso, de fato, vai aprofundar a dualidade do Ensino Médio e o apartheid social dos jovens pobres, negando-lhes a oferta desse nível em igualdade de condições, favorecendo ainda mais a mercantilização do ensino. (Anfope, 2016, s/p).

Como bem observou a Anfope, a educação vai ganhar um caráter ainda mais mercantilista com essas mudanças, pois embora a BNCC reconheça que a educação de qualidade precisa de investimento, ela também diz quem pode pagar por ela. O Estado brasileiro não é um dos pagadores, ainda mais com a política de desinvestimento, ratificada pela EC 95. A reforma é bastante preocupante sob vários aspectos. Talvez o mais preocupante seja o fato de ela ter somente três disciplinas obrigatórias: Matemática, Português e Inglês. Vejamos a análise da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação:

A antirreforma obrigará as redes públicas de educação dos estados e do DF, principais responsáveis pelo ensino médio, a ofertarem obrigatoriamente apenas duas disciplinas nos três anos de currículo escolar (Português e Matemática). As demais disciplinas, que poderão eventualmente integrar as 1.800 horas de oferta da BNCC com carga horária bastante reduzida, não possuem obrigatoriedade de oferta. São elas: História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira, Física, Química, Biologia. (CNTE, 2018, p. 422)

As escolas públicas não possuirão equidade frente às particulares, pois essas usufruem de capital financeiro para tornar efetivas as estruturas propostas pela BNCC. Acrescente-se a esse cenário o notório desinvestimento educacional recorrente na política brasileira.

Portanto, o cenário pode ser o de existência de duas escolas: uma para os ricos – com currículos “a la carte” onde os empresários se beneficiarão com a oferta de disciplinas diversas; e uma escola para aqueles menos favorecidos, onde os estudantes terão apenas duas disciplinas obrigatórias – Matemática e Português – cumprindo apenas o objetivo de os preparar para o mercado de trabalho, dificultando a continuação dos estudos. Mudança essa, que nos lembra o cenário dos anos 1960, quando o foco da educação era ensinar os estudantes alguma competência para que após a conclusão da fase educacional eles já tivessem um possível emprego a ocupar. Desta forma, a escola atua apenas como mantenedora da ordem social vigente – capitalismo – articulando-se com o sistema produtivo para onde destinará esses sujeitos competentes (LIBÂNEO, 1992).

Outro aspecto preocupante é a mercantilização e profissionalização do ensino médio, posto que um dos itinerários formativos tem como tema a Formação Técnica e Profissional. O itinerário em si não é um problema, mas sim a forma como ele funcionará, pois é um itinerário que pode ser ministrado por alguém com ‘notório

saber', e mais, os estudantes poderão complementar a formação escolar com atividades externas, conforme a CNTE:

toda a antirreforma educacional é construída com a lógica de repassar a oferta majoritária do currículo do ensino médio para a iniciativa privada. E o formato de organização curricular da parte flexível expõe sem constrangimentos a premissa privatista, mercantilista e terceirizada da antirreforma, a ponto de considerar para a composição do currículo escolar quaisquer diplomas de cursos técnicos ou de aprendizagem privados (ex: Sistema S), previstos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (inclusive os experimentais que possam ser incluídos no Catálogo no prazo de três anos). Dessa forma, os cursos de qualificação profissional (ex: Pronatec) passam a fazer parte do currículo do ensino médio (na forma de itinerários formativos), reforçando a tese de terminalidade dos estudos para muitos jovens nesta etapa escolar. Aliás, os estados poderão oferecer ou estabelecer convênios remunerados com o setor privado para dispor de mais de um itinerário formativo aos estudantes egressos do ensino médio. (CNTE, 2018, p.27)

Ainda, a BNCC não obriga a aplicação de mais do que um dos itinerários - Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas e Formação técnica e profissional - o que implicará na diminuição óbvia do contato dos estudantes com conteúdos necessários para sua formação integral. Formação integral esta, que é um dos princípios dos Caderno de Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento do DF:

Integralidade deve ser entendida a partir da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Esse processo formativo deve considerar que a aprendizagem se dá ao longo da vida (crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendem o tempo todo), por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.?).

Assim, como afirma a CNTE em seu caderno número 30 (CNTE, 2018), a luta consiste em batalhar pelo cumprimento dos itinerários que, de fato, interessem a cada comunidade escolar, pois caso não haja resistência ao modo educação normatizado pela BNCC, o que teremos será uma educação ainda mais bancária. Educação, portanto, que entende o aluno como o mero depositário do conhecimento advindo do professor, e este sendo o detentor absoluto do saber (FREIRE, 1987). A luta por uma escola pública de qualidade é imprescindível, conforme afirma Libâneo: “Numa perspectiva de educação crítica, direcionada para uma pedagogia social que privilegia uma educação de classe no

rumo de uma novo projeto de sociedade, a escola pública possui papel relevante e indispensável.” (LIBÂNEO, 2014, p.59)

Como foi exposto, o foco desta pesquisa recai sobre a parte flexível do currículo, especificamente, as disciplinas eletivas, que podem fazer parte do itinerário formativo de Ciências Humanas e Sociais. Pensando nas possibilidades de proposição das disciplinas eletivas, o tópico seguinte será destinado a discutir elementos norteadores que devem ser observados para a criação de uma disciplina eletiva, em conformidade com o Novo Ensino Médio.

2. DISCIPLINAS ELETIVAS NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL

As disciplinas eletivas são uma das três modalidades que compõem os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. As outras são: projetos de ensino e trilhas de aprendizagem. As disciplinas eletivas têm a finalidade de:

(...) materializar a oferta diversificada de componentes curriculares, de modo a permitir aos professores a capacidade de iniciativa, além de valorizar suas formações, competências, habilidades e conhecimentos desenvolvidos ao longo de suas carreiras. (DISTRITO FEDERAL, 2018c, p.7)

O documento de apresentação do Novo Ensino Médio da SEEDF (Distrito Federal, s.d), informa que as eletivas

[...] são unidades curriculares que podem ser ministradas por meio de diversas estratégias de aprendizagem, como projetos, oficinas, núcleos de estudo, acompanhamento das aprendizagens, entre outras situações de trabalho. Possuem duração semestral e devem propiciar ao estudante o desenvolvimento de habilidades das áreas de conhecimento e/ou da Educação profissional técnica (Cursos Técnicos), quanto para a qualificação profissional (Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC). (DISTRITO FEDERAL, 2020)

Desta forma, a eletiva irá compor os itinerários formativos com outras modalidades de ensino – Projeto de vida e Trilhas de aprendizagem - que têm a intenção de apresentar o conteúdo de forma que se respeite o tempo de cada um, que se eleve o grau de protagonismo juvenil e que ao mesmo tempo, seja uma aprendizagem significativa (Distrito Federal, 2018d).

As eletivas também precisam estar em conformidade com quatro eixos estruturantes dos referenciais dos Itinerários Formativos, quais sejam: Investigação científica, Processo criativo, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. A descrição dos objetivos de cada um estão descritos na Minuta⁴ referente ao que será o Caderno do Ensino Médio do Currículo em Movimento⁵.

A Investigação Científica tem a intenção de apresentar os conceitos basilares da pesquisa científica e encorajar os estudantes a os utilizar para a compreensão da

⁴ DISTRITO FEDERAL. **Itinerário Formativo Aplicado Às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2020.

⁵ Com o advento da BNCC os currículos municipais precisaram se adequar para estar de acordo com a nova base curricular. No Distrito Federal os cadernos da educação infantil e do ensino fundamental foram concluídos, faltando apenas o do Ensino médio.

realidade que os cerca e concretamente para poderem desenvolver pesquisas diversas. O Processo Criativo procura envolver os estudantes nos múltiplos discursos que constroem a sociedade, é um eixo que procura a interdisciplinaridade para atuar de forma não convencional, o texto traz “A intenção é, portanto, promover a construção do pensamento e da ação com autonomia, sob a perspectiva das aprendizagens transversais”. A Mediação e Intervenção Sociocultural é o eixo que possibilita aos alunos um campo de atuação direta na sociedade, por meio de projetos que contribuam diretamente com a população, o texto sugere “Deve envolver os estudantes em campos de atuação da vida pública e, por conseguinte, na proposição e no engajamento em projetos que mobilizem intervenções sociocultural e ambiental”. O Empreendedorismo requer uma análise crítica do estudante da realidade que o cerca, onde ele apresentará soluções para problemas, como propõe o texto:

debruçar-se sobre transformações sociais e tecnológicas, crises econômicas, políticas e ambientais, controvérsias científicas, incentivando a proposição de soluções criativas e sustentáveis para problemas concretos que partam da realidade do estudante (Itinerário Formativo Aplicado às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 2020)

Como dito no capítulo anterior, as escolas poderão ofertar as eletivas em cinco formatos: a) componentes de resgate de aprendizagem, b) componentes curriculares de aprofundamento, c) componentes de língua brasileira de sinais (Libras) e de língua estrangeira moderna, d) componente de aprendizagem mediada por tecnologias e) curso de curta duração com certificado. Compreendemos que as duas primeiras compõem melhor as demandas de História, pois têm um caráter mais geral, enquanto as outras têm objetivos mais específicos. As duas primeiras modalidades requerem um olhar atento do docente, pois ele é quem realizará a avaliação diagnóstica para determinar o que os estudantes apresentam como dificuldades e a partir disso, o que ele pode oferecer como forma de aprofundamento destes conteúdos, considerando a consonância com os eixos estruturantes já mencionados. Os outros formatos são um pouco mais específicos, um é sobre o ensino de línguas, para além do inglês e espanhol, sendo permitido também o aproveitamento de estudos de línguas de outras instituições, como o dos Centros Interescolares de Línguas (CIL), iniciativa essa realizada pelo Governo do Distrito Federal, que visa atender, prioritariamente, aos estudantes da rede pública de ensino.

A proposta de uma língua a mais no currículo ao fim do ensino médio pode vir a ser uma perspectiva positiva, porém, é necessário investimento estrutural e também é

necessária uma boa escolha da língua, de forma que seja condizente com os interesses dos estudantes.

O quarto formato é sobre a aprendizagem mediada por meios tecnológicos, podendo ser realizada a distância. Neste formato é necessário que o docente tenha alguma familiaridade com os meios que utilizará. Por fim tem-se o cursos de curta duração com certificado, os quais:

Podem ser ofertados pela SEEDF, ou qualquer instituição parceira, como por exemplo: o Instituto Federal de Brasília (IFB) ou entidades do “Sistema S”. O objetivo é expandir e democratizar a oferta presencial e à distância de Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), o que contribui para diversificação da oferta ao longo do Ensino Médio, por meio da articulação com a educação profissional. Dessa forma, busca-se ampliar as oportunidades educacionais dos estudantes, pelo incremento da formação e qualificação profissional (Distrito Federal, 2018c, p. 9)

Esse formato é de fato atual, muitos jovens buscam o mercado de trabalho cedo, abandonando a escola por um emprego que muitos não conhecem com propriedade. Uma eletiva com esse intuito iria abrir as portas para estudantes que não queiram dar continuidade aos estudos, muitos desses estudantes buscam cedo o trabalho como forma de contribuir em casa ou mesmo por uma aspiração natural (WELLER, 2019, p.224).

Especialistas apontam como aspecto negativo a atuação de profissionais com notório saber vai atuar (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2018). Esse instituto enfraquece as graduações, abrindo um precedente que pode vir a ser a regra. Destaco que muitos estudantes escolhem esse formato profissionalizante mais pelo contexto socioeconômico em que vivem do que por uma decisão oriunda de alternativas possíveis.

As eletivas têm o intuito de atender aos estudantes a partir de seus cinco formatos e ainda levando em conta os referenciais. Para tanto elas devem assegurar liberdade para que o docente exerça a sua criatividade e autonomia a fim de trazer uma forma diferente de trabalhar os conteúdos conjunto com discentes. A pedagogia de projetos pode ser uma inspiração:

Por meio dos projetos pedagógicos, todos são convidados a refletir, questionar, pesquisar, tomar iniciativa e ser protagonistas do processo educativo. Os projetos permitem a oferta de conteúdos formativos que atendam à realidade local, tornando o estudo mais significativo. De outro modo, estimulam o ideário de uma educação dinâmica, atual e atrativa. Os projetos permitem, portanto, recriar o conceito de escola, que deixa de ser um local de aulas e provas, para tornar-se um espaço para práticas integradas e interativas do saber (DISTRITO FEDERAL, 2018d, p. 6).

Não podemos ainda afirmar se os itinerários vão funcionar tão bem como propostos pelos documentos prescritivos. Também não sabemos se os professores estarão capacitados para atuar conforme o Novo Ensino Médio e a BNCC exigem, já que há a idealização de um perfil docente que seja convergente com a proposta. Além disso, somente depois teremos elementos para avaliar se, de fato, os itinerários vão atender as reais necessidades e desejo da comunidade escolar.

Por fim é preciso expressar que a escolha dos itinerários formativos pelos estudantes vai se realizar de acordo com seu Projeto de Vida, desenvolvido com a ajuda do professor responsável pela disciplina, incidindo diretamente na adesão às disciplinas eletivas propostas. O Projeto de Vida se propõe a atender à necessidade de uma educação realmente integral, de maneira que se contemple o estudante em plenitude e não somente no âmbito formal dos conteúdos.

Portanto, é importante que as trajetórias individuais, no Ensino Médio, sejam respeitadas e estejam em consonância com seus interesses e suas necessidades pedagógicas. Em outras palavras, a escola deve garantir as aprendizagens essenciais, sem “padronizar” os estudantes. Ela deve considerar que, além das necessidades pedagógicas, os estudantes apresentam, também, questões existenciais e cotidianas, sendo a escola um espaço oportuno de convivência, onde podem elaborar seus diferentes projetos de vida (Distrito Federal, 2018b, p. 9).

Essa preocupação com os estudantes é vital para atender não só aos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento do Distrito Federal, mas também para ajudar os alunos na transição entre o ensino fundamental e ensino médio: “A ideia inicial é que os componentes curriculares do eixo “Projeto de Vida” sejam ofertados, obrigatoriamente, a todos os estudantes que estão em transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio” (Distrito Federal, 2018b). Transição essa que é muito sentida pelos estudantes do primeiro ano, tendo em vista ser este o ano em que ocorre o maior número de abandono do ensino médio⁶.

A disciplina Projeto de Vida, de acordo com a minuta da SEEDF, trabalha temáticas de forma encadeada: a) transição para o ensino médio, b) desenvolvimento do projeto de vida, c) planejamento e elaboração do plano individual de curso, d) estratégias de aprendizagem, e) prosseguimento dos estudos após o ensino médio. Uma observação, que se sobressai a tudo que foi dito, é o aumento de atribuições destinadas

⁶ DISTRITO FEDERAL. **Coleção Ensino Médio em debate:** Textos para Discussão do Ensino Médio no Distrito Federal. Volume 3: Projeto de Vida – um olhar para o estudante. Brasília, DF: SEEDF, 2018b. p 17.

aos docentes. Toda a legislação educacional já exige muito dos professores, e não é diferente com esta reforma, que acrescenta uma disciplina inteiramente inédita (Projeto de Vida) ao currículo. Para que estas mudanças ocorram é necessário investimento no profissional da educação, pois o êxito delas passa necessariamente pelos professores. A fim de visualizar o contexto em que se inserem as disciplinas eletivas, trago uma grade hipotética do Novo Ensino Médio (Figura 1):

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre
Módulo Comum (18 créditos por semestre)					
Matemática 1 Português 1 Ed. Física 1 Inglês 1 História 1 Filosofia 1 Biologia 1 Química 1	Matemática 2 Português 2 Ed. Física 2 Arte 1 Espanhol 1 Geografia 1 Sociologia 1 Física 1	Matemática 3 Português 3 Ed. Física 3 Inglês 2 História 2 Filosofia 2 Biologia 2 Química 2	Matemática 4 Português 4 Ed. Física 4 Arte 2 Espanhol 2 Geografia 2 Sociologia 2 Física 2	Matemática 5 Português 5 Ed. Física 5 Inglês 3 História 3 Filosofia 3 Biologia 3 Química 3	Matemática 6 Português 6 Ed. Física 6 Arte 3 Espanhol 3 Geografia 3 Sociologia 3 Física 3
Módulo Flexível (12 créditos por semestre)					
Projeto de Vida 1 (2cr)	Projeto de Vida 2 (2cr)	Projeto de Ensino: Formação de Jovens Empreendedores (8cr)	Projeto de Ensino: Apoio às Aprendizagens em Ciências da Natureza (4cr)	Projeto de Ensino: Desenv. de App de Cadastramento dos Animais Do Zoológico (6cr)	Projeto de Ensino: Robótica Educacional (4cr)
Metodologia de Projetos 1 (2cr)	Metodologia de Projetos 2 (2cr)				
Projeto de Ensino: Monitoramento da Água do Lago (4cr)	Projeto de Ensino: Simulação das Nações Unidas (4cr)	Componente Eletivo: Língua Inglesa para Negócios (4cr)	Projeto De Ensino: Oficina de Teatro 1 (4cr)	Componente Eletivo: Produção de Texto Dissertação argumentativa (4cr)	Projeto de Ensino: Olimpiada de Robótica (4cr)
Componente Eletivo: Ecossistemas Aquáticos (4cr)	Componente Eletivo: Luta Greco-romana (4cr)		Componente Eletivo: Sociologia da Juventude (4cr)		

Figura 1 – Grade do Novo Ensino Médio. Fonte: Distrito Federal (2018c).

A grade mostra bem como os itinerários podem ser diversos, com assuntos pouco explorados pela parte obrigatória do currículo. Novamente a preocupação consiste em fazer os interesses estudantis prevalecerem à burocracia estatal e à má-vontade dos gestores escolares, uma vez que eles são aconselhados fortemente a fazerem pesquisas de verificação dos interesses dos estudantes quanto aos assuntos dos quais eles sentem atração a conhecerem melhor nos itinerários formativos.

3. POSSIBILIDADES PARA UMA DISCIPLINA ELETIVA SOBRE A HISTÓRIA LOCAL DO DF

Este tópico também será destinado a refletir sobre o campo da história regional/local, apresentando um pouco do seu contexto na legislação educacional para ao final apresentar uma temática para realização de uma disciplina eletiva no campo da história regional/local. A fim de refletir sobre história local, trago a reflexão do professor Erinaldo Cavalcanti:

A etimologia da palavra nos leva ao latim *localis*. Sua grafia – que pareceria um plural, embora não o seja – já sugere evitarmos apreendê-la ou aprisioná-la em um sentido singular. Sugere que ela desfruta de significados plurais. Ou seja, o local, desde a gestação de sua grafia, é um espaço conceitual polissêmico; é um lugar polifônico. No conhecido dicionário Aurélio, a palavra “local” encontra-se experimentada como sinônimo de “lugar”. De maneira mais detalhada, o primeiro significado atribuído a “local” diz respeito a um sentido “relativo a determinado lugar”. Assim, os significados de “local” estão embrionariamente ligados a uma concepção de lugar e, nessa relação, “lugar” está indissociável de espaço. Ou seja, ao falarmos de local, estamos, concomitantemente, falando de espaço (CAVALCANTI, 2018, p.275)

Portanto, ao falar-se em história local automaticamente podemos associá-la a um espaço específico, de uma localidade em vista de outras, vislumbrando uma abordagem que reconheça as pluralidades que constituem cada um dos “locais”. O mesmo autor apresenta algumas críticas ao se falar do conceito de história regional, argumentando que o que pode ser regional para uma pessoa vai ser global para outra e assim por diante.

O autor alerta para a preocupação com os resultados das pesquisas locais e acredita que são necessários “cuidados para evitar que a história local não reproduza em escala menor a mesma narrativa de uma história feita pelos “grandes” e “importantes” personagens do poder político e das classes dominantes locais” (CAVALCANTI, 2018, p.277). A preocupação consiste em não se reproduzir a história das mesmas personalidades com a única diferença de ser em escala micro. Mais à frente em seu texto, o professor apresenta o que pode ser uma maneira interessante de se trabalhar com a história local: construir uma proposta de ensino centrada em fontes históricas, estimulando o reconhecimento daquelas narrativas como parte de sua vida e portanto, conhecimento significativo para os sentidos de pertencimento. Apesar de reconhecer que há indeterminações conceituais, teóricos do campo destacam alguns elementos:

a diversificação que configura o que se identifica e se reconhece como local é marcada pela multiplicidade de sentidos e variações. Ela ressalta que “o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição – escolas, universidades, hospitais – e, como escolha por vezes recorrente, a um espaço político administrativo, como distrito, freguesia, paróquia, municipalidades” (GONÇALVES, 2007, p.177).

Assim como Cavalcanti (2018), Gonçalves leva em conta os aspectos subjetivos da história local, porém ela lembra que o que designamos como local pode destacar locus bastante diversos entre si, desde uma escola de bairro até uma cidade ou estado inteiro. Desta forma, a história local é designada para trabalhar fontes que remetem a uma história regional, desde que se situem mais próximos fisicamente ao pesquisador, sejam as fontes referentes a uma história mais recente ou com maior recuo temporal, a depender do que se assume como objeto de reflexão histórica.

A escolha desse tema se justifica pela compreensão de que há ainda muitas lacunas naquilo que se refere às temáticas relacionadas à pesquisa e ao ensino de história local no Distrito Federal. Será uma forma de fazer os estudantes conhecerem, com mais aprofundamento, a história do território em que habitam. Como afirma a professora Circe Bittencourt:

a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2009, p.168)

Acreditamos que estudos nesse âmbito podem contribuir enormemente para a formação dos estudantes da educação básica, pois incentiva o conhecimento sobre as memórias dos seus antepassados, reflexões sobre o lugar em que vivem, bem como um sentimento de pertencimento àquela localidade (SILVA, 1999). Reconhecer a si e sua comunidade remete também a um exercício de alteridade, estimulando a valorização da diferença, ao mesmo tempo que se demonstra que uma nação é constituída de muitas pessoas, com ideias, desejos e culturas diferentes, mas que partilham também semelhanças. Deste modo, é importante sempre considerar que a história local deve ser inscrita em um jogo de escalas que vai do micro ao macro, perpassando as dimensões regional e nacional, a fim de que o local não seja pensado isoladamente.

A história local não é um tema recorrente nos documentos normativos educacionais, como pode ser notado ao se analisar alguns deles. A primeira menção sobre ela foi realizada em 1930 pelas reformas curriculares, depois foi em 1971 no

Parecer 853 do Conselho Federal de Educação (CAVALCANTI, 2018, p. 276) e por fim, nos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 que estabelecem:

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia (BRASIL, 1997, p.40)

Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com um outro grupo social — estudantes, educadores e outros profissionais —, caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais (BRASIL, 1997, p.40).

Como se trata de estudos, em parte, sobre a história local, as informações propiciam pesquisas com depoimentos e relatos de pessoas da escola, da família e de outros grupos de convívio, fotografias e gravuras, observações e análises de comportamentos sociais e de obras humanas: habitações, utensílios caseiros, ferramentas de trabalho, vestimentas, produção de alimentos, brincadeiras, músicas, jogos, entre outros (BRASIL, 1997, p.40).

A despeito de uma existência esparsa da designação “história local”, devemos lembrar que o que chamamos de história do Brasil, não deixa de ser o destaque a algumas histórias locais, alçadas a um lugar hegemônico, que reforça a ideia de que certas histórias são mais merecedoras de destaque do que outras.

Nesse sentido, a história do Brasil republicano por exemplo, pode ser pensada como uma narrativa que, em grande parte, se subsume às histórias locais do RJ, SP e MG, com a participação esporádica ou pontual de outras localidades. Portanto, o estudo da história local vai permitir que os estudantes saibam se localizar melhor em relação ao seu lugar micro, para ter uma base sólida que permita prosseguir os estudos visando uma compreensão de mundo ampliada, pautada em diferentes perspectivas de uma mesma história, associada ao nacional e sua inserção em contextos mais amplos⁷, possibilitando que os estudantes se posicionem no mundo com olhares a partir de referências amplas, o que pode contribuir para uma formação cidadã que estuda o contexto para depois criticá-lo e a partir disso mobilizar mudanças.

Alguns documentos normativos importantes para educação nacional e regional, como a Minuta do Caderno do Ensino Médio do DF de 2020, a Resolução 01/2018 da Conselho Distrital de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais Curriculares de 2013, não apresentam uma perspectiva de história local diretamente. Eles apenas

⁷Recomendo a visualização do vídeo “O perigo da história única” de Chimamanda Adichie.

mencionam que os debates sobre os assuntos devem ocorrer no sentido de abarcar as suas consequências em âmbito nacional, local e internacional.

A BNCC fala rapidamente nas habilidades do 9º (nono) ano: “Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954”, mas não há nada que remeta diretamente ao campo de estudo da história local. A Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio), que alterou o artigo 36 da LDB, também não trouxe nenhuma menção direta: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”.

A impressão que passa é de que o estudo da história local é mencionado apenas por formalidade nos normativos, sem aprofundamento ou firmeza. Sem dúvida há professores que trabalham a história local, entretanto as temáticas de história local serão mais ou menos destacadas de acordo com a compreensão e interesse político de cada localidade. O estudo da história local tem potencial para mudar a percepção de si e do outro, oferece repertório cultural local para os estudantes e aproxima o mundo global a partir das bases locais dos estudantes. A partir disso, o que pretendo ao sugerir é que essa temática deva ser aprofundada na História do Distrito Federal, junto aos estudantes que optarem por tal disciplina na sua grade. Para isso acontecer é preciso que haja professores aptos para partilharem tal conhecimento, além de um material didático atrativo aos estudantes, o que demanda investimentos em material didático e na formação continuada de professores

Entendemos que o que tornaria a disciplina mais atrativa para os estudantes seria a oferta de conteúdos e assuntos dos quais eles não viram no ensino fundamental, logo é necessário que se utilize de materiais não-hegemônicos para retornar a história da capital.

Consideramos que a proposição de uma disciplina eletiva será muito adequada caso tome como base o material autoral preparado para o curso de formação continuada “Outras Brasília: ensino de História do DF a partir de fontes documentais”, ofertado entre os meses de junho e novembro de 2020. O intuito do curso é estudar a história do Distrito Federal, não apenas a partir de documentos textuais, mas também fontes visuais, audiovisuais, relatos orais etc, apresentando assim uma nova perspectiva, que

possa envolver os estudantes com mais facilidade, sem deixar de apresentar conteúdos e conceitos historicamente inscritos e metodologicamente adequados.

O curso apresenta várias maneiras de contar a história do DF, assumindo epistemicamente a perspectiva de tratar de temas que às vezes foram negligenciados pelos historiadores ou silenciados socialmente. Desta forma, temáticas relacionadas a sujeitos historicamente secundarizados ganham destaque, como a presença de mulheres e trabalhadores/as negras na construção de Brasília, o agenciamento de ciganos, povos indígenas e quilombolas na história do Distrito Federal, compõem os blocos de estudo do curso. Neste momento, explico uma pequena lista que sintetiza os Dossiês do curso, destacando a partir deles, conteúdos, conceitos, fontes e metodologia:

Dossiê 1 – Os donos da História de Brasília

Conteúdos: História da construção de Brasília;

Conceitos: Planalto Central, Interiorização da capital, Candangos, Cotidiano brasiliense;

Fontes: Relatos orais, Fotografias, Documentários, Revistas e jornais da época;

Metodologia: Leitura analítica das fontes; Resposta às questões propostas no dossiê investigativo.

Dossiê 2 – O caso dos nomes antigos

Conteúdos: A preexistência de Brasília;

Conceitos: Colonização do Planalto Central; Territorialidade

Fontes: Mapas do Distrito Federal;

Metodologia: Leitura analítica dos mapas e comparação entre eles para o apontamento de suas diferenças e semelhanças.

Dossiê 3 – Sobre bailarinas e mães de família

Conteúdos: Mulheres na construção de Brasília;

Conceitos: Protagonismo feminino; Violência contra a mulher;

Fontes: Jornais da época; filmes/documentários; fotografias e ocorrência policiais registradas por mulheres entre 1957 e 1961;

Metodologia: Identificação de elementos hegemônicos e não hegemônicos apresentado pelas fontes que tematizam a história das mulheres no DF e produção de textos a partir de roteiro investigativo sobre as fontes.

Dossiê 4 – Pão ou morte!

Conteúdos: Conflitos civis na construção de Brasília;

Conceitos: Reinvidicações populares; luta social; golpe de 1964; “ameaça retornista”;

Fontes: Fotografias e jornais da época;

Metodologia: Leitura analítica das fotografias e dos recortes de jornais para resolução de roteiro realizado pelo professor

Dossiê 5 – Território-útero, territórios-luta no DF

Conteúdos: Narrativas não-hegemônica sobre a História do DF por meio da perspectiva dos povos indígenas, quilombolas, ciganos e de terreiro;

Conceitos: Não-hegemônico; Inclusão e diversidade social; representatividade;

Fontes: Fotografias; jornais da época; estudos antropológicos; mapas; curtas-metragens;

Metodologia: Leitura analítica das fontes e realização dos roteiros de estudo ofertados pelo professor, lembrando que deverão ser diferentes entre si, uma vez que as fontes para cada perspectiva são diferentes.

Dossiê 6 - Chaminés, chafarizes, quadradões etc

Conteúdos: Buscar fontes que contem a História das regiões administrativas do Distrito Federal, tendo como exemplo a pesquisa de dois professores da SEDF;

Conceitos: Fontes históricas; História regional;

Fontes: Documentos oficiais, relatos orais, mapas de época, trabalhos escolares, entrevista;

Metodologia: Leitura crítica da pesquisa do professor; busca por fontes regionais sobre uma localidade específica (cidade, bairro, escola) e realização de uma oficina didática sobre a região escolhida.

Um tema que destacamos como muito relevante para a disciplina é a história da região antes de Brasília, as chamadas “preexistências do Distrito Federal”. O que se sabe sobre o planalto central? Quem habitava essas terras? Quem escolheu o local da capital? Como se escolheu? Como se deu a chegada de milhares de pessoas? De onde vinham? Essas e mais perguntas são problematizadas no curso, com o apoio histórico, dentre outras obras, da “História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal – Do indígena ao colonizador” de Paulo Bertran. Por fim, destaca-se a potencialidade de a disciplina ao estabelecer uma abordagem interdisciplinaridade com a Geografia e outras áreas de conhecimento afins.

A proposta não é a apresentação de uma sequência didática, mas a indicação de elementos que possam compor um panorama geral da disciplina. Portanto, a ideia não é propor uma receita, mas instigar os professores a elaborar estratégias didáticas para tratar o tema, respeitando a autonomia intelectual dos professores. Dito isso, sugerimos que ao criar a disciplina o docente reflita sobre a possibilidade de dividi-la em dois blocos, onde o primeiro será responsável pela parte teórica do conteúdo. O professor pode explicitar os assuntos da forma que achar mais conveniente. Sempre munido de fontes sobre os eventos que gostaria de comentar, a partir do uso de fontes documentais e o recurso a formas diversas de linguagens. Destaco que existem curtas-metragens e documentários que agregam muito, se bem utilizados, como indica Miranda:

As escolas e outras instâncias educativas não incorporam tecnologia quando adquirem equipamentos, incorporam tecnologias quando os equipamentos fazem parte de um conjunto de ações humanas nas quais os sujeitos, de fato, se relacionam com eles de forma que possam utilizá-los, idealizá-los ou concebê-los, construindo, modificando e manipulando esses objetos, descobrindo e imaginando formas de uso (MIRANDA, 2018. p.4).

A proposta aqui não é estabelecer uma listagem de conteúdos, todavia, alguns temas são de fundamental importância para que se busque uma leitura crítica, permitindo que se problematize a decisão pela construção da capital, a vida cotidiana dos candangos e das candangas pelas cidades do entorno da futura capital e por fim, , a história pouco contada pelas mulheres, pela presença negra e dos povos indígenas, dos ciganos e quilombolas etc. Contribuindo assim, para a vivência dos eixos transversais previstos nos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da SEEDF:

Historicamente, a escola tem excluído dos currículos narrativas das crianças, dos negros, das mulheres, dos índios, dos quilombolas, dos camponeses, entre outras, reforçando a hegemonia de determinados conhecimentos sobre outros

construídos pelos sujeitos sociais em diferentes espaços de trabalho e vida. A SEEDF compreende que Educação tem a ver com questões mais amplas e que a escola é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.36)

O segundo bloco teria a intenção de ser algo mais dinâmico e visual para os estudantes. Brasília é um patrimônio cultural da humanidade, as pessoas vivem e andam por ela sem se darem conta de que andam por um bem cultural da humanidade. Adicione a elas as pessoas que, mesmo morando na área metropolitana de Brasília, nunca vivenciaram os seus espaços no cotidiano. Muitas pessoas somente trabalham no Plano Piloto e retornam para suas residências nas cidades do DF e do entorno, outros só vão lá por razões pragmáticas ou por passeios esporádicos, como foi o meu caso. Creio que essa seja a realidade de muitos estudantes do Distrito Federal.

Tendo esse cenário como ponto de partida, sugiro que o segundo bloco da disciplina preveja visitas guiadas a espaços de memória do Distrito Federal, com a presença do professor responsável para problematizar os ambientes por onde passarem, evidenciando as possibilidades de leitura hegemônicas e não hegemônicas. Essa experiência proporcionada aos estudantes é um leque de oportunidades para transformar o ensino-aprendizagem em algo mais atrativo e significativo.

Deixo aqui alguns lugares que possam contribuir para nos contar um pouco mais sobre onde estamos: Museu da República, Memorial JK, Catetinho, Museu Vivo da Memória Candanga, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Espaço Lúcio Costa, Arquivo Público do Distrito Federal, Biblioteca Nacional. Entretanto, o Distrito Federal possui muitos outros lugares que contam sua história, além destes mais conhecidos.

É fundamental que estas visitas considerem a importância de reconhecer as localidades que estão fora do Plano Piloto, mas que guardam consigo histórias e memórias muito significativas, que não devem se circunscrever à Brasília e nem a seus marcos hegemônicos.

Muitos desses lugares contém servidores preparados para lidar com um público visitante, inclusive com atendimento personalizado para as escolas, mas também há grande potencial em viabilizar encontros mediados por historiadores locais e pioneiros da construção de Brasília. Um grande óbice para que esses passeios aconteçam é o tempo de deslocamento até esses pontos do DF, por isso, cada escola vai ter que

encontrar uma estratégia própria para a realização dessa atividade, e a visita guiada pelas suas próprias localidades é uma alternativa profícua.

Uma sugestão sobre como avaliar os passeios é utilizar um portfólio e pedir para que os alunos o preencham com anotações, desenhos e fotografias de tudo que eles perceberam nos lugares visitados. Essa é uma maneira diferente de avaliar os alunos, que não seja apenas pelo teste escrito. Ao fim do semestre os alunos terão uma produção autoral que pode vir a formar uma pequena exposição da visão deles sobre os lugares que visitaram, uma espécie de memorial. Será muito interessante e uma ótima oportunidade para a troca de conhecimentos, bem como para perceber a cidade e sua história pela lente dos estudantes.

A sugestão de tema para a disciplina eletiva sobre a história do Distrito Federal busca preencher a carência na especificidade de história local dentro da disciplina de História na educação básica da SEEDF, possibilitando que os estudantes do DF possam saber mais sobre onde eles estão e continuar seus estudos a partir dessa base local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo sugerir uma temática para uma disciplina eletiva dentro do contexto do Novo Ensino Médio, para isso realizei uma contextualização da reforma do ensino médio, proposta pela Lei 13.415/2015. Procurei expor como foi proposta e por que de sua necessidade, de acordo com o governo brasileiro. Após contextualizar o Novo Ensino Médio refleti sobre a sua funcionalidade, especificando os Itinerários Formativos.

Ao fazer tal explicação sobre os eventos precedentes à reforma, houve a crítica em relação ao método escolhido para que ela fosse iniciada: Medida Provisória. As críticas são pelo fato de que a medida provisória, por seu caráter transitório, não permite um diálogo mais abrangente, como é de se esperar sobre questões educacionais, uma vez que a Gestão Democrática é instituto obrigatório para a educação pública brasileira. Outra crítica recai sobre a não obrigatoriedade de disciplinas fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos, como História, Biologia, Filosofia e outras.

Fazendo uma análise crítica da reforma é possível ver pontos positivos e outros negativos. Um ponto negativo é o fato de a reforma estabelecer apenas as disciplinas de Português, Matemática e Inglês como obrigatórias. Outro aspecto está na falta de investimento necessário para fazer com que a reforma saia da teoria, pois as propostas do Novo Ensino Médio requerem várias movimentações das unidades escolares, o que demanda investimentos.

Investimentos esses, apenas em estrutura, mas principalmente em recurso humano, com capacitações e melhorias salariais para os docentes. De modo pessoal, considero as responsabilidades dos professores grandes e extensas, como os normativos deixam claro por sua quantidade no Brasil, e esta reforma pede ainda mais especificidades e dedicação dos professores, o trabalho infelizmente não condiz com as condições estruturais e salariais dos docentes.

O ponto positivo gira em torno da possibilidade de oferecer um ensino significativo para os estudantes, e as condições existem por meio da reforma, entretanto muitas coisas precisam ser realizadas para que as ideias na reforma contidas sejam postas em ação. Como já disse, o ponto que gera mais críticas negativas é o não investimento, uma vez que o Brasil contém a Emenda Constitucional 95/2016, que limita os gastos públicos em diversas áreas essenciais, com a educação inclusa entre elas.

Com esse contexto de fato parece mais possível para as escolas particulares atingirem a totalidade do Novo Ensino Médio, pois terão as possibilidades de capital para ofertar itinerários diversificados, oferta de todas as disciplinas e uma boa estrutura material que suplementa o ensino-aprendizagem.

Busquei exemplificar o que é necessário para compor uma disciplina eletiva no Distrito Federal uma vez que elas podem apresentar diferentes aspectos dentro dos variados sistemas estaduais. Depois refleti um pouco sobre o estudo da localidade na área de História, pois se trata de um campo que carece de estudos e desenvolvimento no DF e no Brasil, como assim mostrei no capítulo três. A partir disso, sugeri que a temática de história do Distrito Federal seja considerada como possibilidade para uma disciplina eletiva, que pode mostrar óticas da história da capital do Brasil, Brasília, refletindo que a história oficial é uma narrativa, diante das muitas existentes.

Temática essa que tem como objetivo principal fornecer ao estudante conhecimentos básicos e aprofundados sobre a história de Brasília. Acho fundamental que além da parte teórica a disciplina contenha passeios educativos para pontos do DF que guardam a memória da história da capital. Considero as visitas guiadas, importantes por oportunizar vivências inéditas a muito dos estudantes.

Portanto, a reforma apresenta bons pontos e outros nem tanto, tudo vai depender da execução dela dentro dos vários estados brasileiros. Dentro da área de atuação do Distrito Federal, após uma breve reflexão sugiro que a disciplina eletiva seja sobre a história do Distrito Federal, pois é um assunto que se vê de forma geral e sem aprofundamento. O que se pretende mudar ao ofertar tal temática dentro dos itinerários formativos e, quem sabe inspirar outros professores e estudantes, para que agindo em conjunto, olhem para cada região administrativa do Distrito Federal no sentido de proporem disciplinas na perspectiva local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Bruno. **Chimamanda Adichie: O perigo da história única**. Abril de 2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em 09 nov de 2020.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal – Do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora UnB, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep/MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Guia de implementação do Novo Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/Guia.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Novo Ensino Médio**, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasil, 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CAVALCANTI, Erinaldo. **História e história local: desafios, limites e possibilidades**. Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Cadernos de Educação**. Ano XXII, n. 30, jan./jun. 2018. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/images/stories/cadernos_educacao/cadernos_educacao_30.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Consequências práticas da BNCC e da reforma do ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 413-425, jul./out. 2018. Disponível em: < <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/901/pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento da Educação Básica**: pressupostos teóricos. Secretaria de Estado de Educação do DF. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Coleção Ensino Médio em debate**: Textos para Discussão do Ensino Médio no Distrito Federal. Volume 1: Uma cronologia das políticas educacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: SEEDF, 2018a. Disponível em: < <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/05/Cole%C3%A7%C3%A3o-EM-Vol1-25jun18.pdf>> Acesso em: 20 out. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Coleção Ensino Médio em debate**: Textos para Discussão do Ensino Médio no Distrito Federal. Volume 3: Projeto de Vida – um olhar para o estudante. Brasília, DF: SEEDF, 2018b. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/05/Cole%C3%A7%C3%A3o-EM-Vol3-25jun18.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Coleção Ensino Médio em debate**: Textos para Discussão do Ensino Médio no Distrito Federal. Volume 4: Componentes Eletivos: diálogo entre a escola e estudantes. Brasília, DF: SEEDF, 2018c. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/05/Cole%c3%a7%c3%a3o-EM-Vol4-25jun18.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Coleção Ensino Médio em debate**: Textos para Discussão do Ensino Médio no Distrito Federal. Volume 5: Projetos de Ensino: o estudante como protagonista da aprendizagem. Brasília, DF: SEEDF, 2018d. Disponível em: < <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/05/Cole%C3%A7%C3%A3o-EM-Vol5-25jun18.pdf>>. Acesso em : 26 out. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Itinerário Formativo Aplicado Às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2020.

FELICIO, Sílvio Célio. **Reforma do Ensino Médio e a Disciplina História**: leituras sobre as repercussões da proposta da BNCC. Dissertação (Dissertação em História) – UFG. Catalão, p.31, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9973/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Silvio%20C%C3%A9lio%20Fel%C3%ADcio%20-%202019.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0025.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.

GONÇALVES, Márcia de A. **História local**: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 28ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque. Pesquisa em educação e imagens, novas tecnologias e a busca pela interlocução. **ComCiência**, Campinas, n. 110, 2009. Disponível: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542009000600011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2020.

O Novo Ensino Médio. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/apresentacao/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Como financiar o PNE 2014-2024 em tempos de Emenda Constitucional nº 95/2016. In: OGIBA, Sônia Mara M. (org). **Garantia do Direito à Educação**: monitorando o PNE - Lei nº 13.005/2014. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 61-75. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182257/001077700.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 out. 2020.

RIBEIRO DA SILVA, Francisco. “**História local**: objetivos, métodos e fontes”. In *Acta de Conferência Nacional*. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 1999.

WELLER, Wivian; FERREIRA, Christian Spíndola; BENTO, André Lúcio (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio Público no Distrito Federal**: percepção de professores, gestores e estudantes. 2. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.